SUFRAMA

SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **6 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 17 de outubro de 2012

A CRITICA
Câmara analisa projeto sobre importação de produtos via Polo Industrial de Manaus 1
VEICULAÇÃO LOCAL

A CRITICA
Área da Siderama será doada para a construção de novo porto em Manaus 2
VEICULAÇÃO LOCAL

O GLOBO
Governo só espera eleição para privatizar aeroportos..... 4
VEICULAÇÃO NACIONAL

EXAME
Medidas para enfrentar a crise vão criar novo modelo no país..... 5
VEICULAÇÃO NACIONAL

AGÊNCIA CÂMARA
Projeto cria benefício para importação de mercadorias via Zona Franca de Manaus..... 6
VEICULAÇÃO NACIONAL

CORREA NETO
SUFRAMA vai custear estudo sobre Polo Naval 7
VEICULAÇÃO NACIONAL

SUFRAMA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA
	TÍTULO **Câmara analisa projeto sobre importação de produtos via Polo Industrial de Manaus**	
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE
		VEICULAÇÃO LOCAL

A autoria do Projeto de Lei 4.159/12, que tramita em fase conclusiva na Câmara dos Deputados, é do deputado Pauderney Avelino (DEM)

17 de Outubro de 2012

Reativar o **comércio** de produtos **importa**dos na **Zona Franca** de **Manaus** (**ZFM**) como no passado, é o objetivo do Projeto de Lei 4.159/12 que tramita em fase conclusiva na Câmara dos Deputados e concede tratamento tributário diferenciado a remessas postais e a encomendas de **mercado**rias estrangeiras que tenham sido **importa**das para cá e que se destinem a outros pontos do território nacional. A autoria é do deputado Pauderney Avelino (DEM).

A proposta altera o Decreto-Lei 1.455/76 e estabelece que, até o limite de 3 mil **dólar**es (pouco mais de R$ 6 mil), essas operações ficam sujeitas a uma alíquota única de 19,15% sobre o preço de compra.

Segundo o autor, a medida pretende criar uma nova exceção e assegurar a esse tipo de operação o mesmo tratamento dado às **importa**ções feitas para outras localidades do País. "Estamos propondo que todo produto **importa**do pela **Zona Franca** tenha tratamento igual a Lei dos Sacoleiros, que beneficiou o Paraguai. Acho difícil que a Câmara negue essa aprovação", disse Pauderney.

O decreto, no entanto, prevê exceções, por exemplo, para bens de informática, automóveis, tratores e outros veículos terrestres industrializados na **Zona Franca**.

O projeto será analisada pelas comissões de **Amazônia**, Integração Nacional e de **Desenvolvimento Regional**; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

VEÍCULO
A CRITICA

EDITORIA

TÍTULO

Área da Siderama será doada para a construção de novo porto em Manaus

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
LOCAL

O anúncio foi feito durante uma reunião promovida no início desta semana pela Suframa, para tratar sobre alternativas logísticas no modal fluvial para a Amazônia e, em especial, para Manaus

Nesta quinta-feira (18), a Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP), formaliza a transferência da área da antiga Companhia Siderúrgica da **Amazônia** (Siderama), para a Secretaria de Portos, o que configura etapa fundamental à implantação do novo porto público do Polo Industrial de **Manaus** (**PIM**).

O anúncio foi feito durante uma reunião promovida no início desta semana pela **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus** (**Suframa**), para tratar sobre alternativas logísticas no modal fluvial para a **Amazônia** e, em especial, para **Manaus**.

"A implantação do P**PIM** atende antiga reivindicação dos empresários instalados em **Manaus** que não contam com uma instalação portuária pública para a movimentação de contêineres. O atual Porto de **Manaus** é dedicado exclusivamente à movimentação de passageiros e se situa em região central da cidade, logisticamente inadequado para o transporte e movimentação de cargas. A transferência da área da Siderama para a SEP é um marco que nos dá ainda mais convicção de que o projeto será realizado", afirmou o representante da SEP, Jorge Ruiz.

Situado na Estrada do Paredão, no quilômetro 5 da rodovia BR-319, dentro do **Distrito Industrial** de **Manaus**, o novo porto terá em sua primeira fase capacidade de movimentação de 500 mil TEUs (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés) e empregará aproximadamente 600 trabalhadores na fase de construção, com investimentos previstos, ao longo de dois anos, superiores a R$ 450 milhões.

Ruiz destacou que o empreendimento já conta com todos os licenciamentos emitidos e que os estudos técnicos acerca do projeto, elaborados pela empresa APM Terminals da **Amazônia**, já se encontram na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), entidade reguladora que irá fazer a licitação – ainda sem data confirmada para ocorrer – da concessão para a construção e exploração comercial do P**PIM** pelo período de 25 anos. A expectativa é de que o novo porto comece a funcionar no segundo semestre de 2014.

O técnico da Secretaria de Gestão de Programas de Transporte do **Ministério** dos Transportes, Edison Vianna, lembrou os investimentos do **Governo Federal** visando à construção de mais 50 portos flutuantes no Estado do **Amazonas** com tecnologia sofisticada, voltado principalmente ao abastecimento e ao escoamento da **produção** das pequenas comunidades agrícolas nos municípios do Interior.

Ele também afirmou que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) está reformulando o Conselho de Autoridade Portuária (CAP) do Porto de **Manaus** e já está tomando as providências necessárias para assumir o porto do ponto de vista operacional.

"Já foi contratado inclusive um projeto de reformulação do Porto de **Manaus** visando à Copa do Mundo de 2014, onde ele vai poder receber mais navios de cruzeiros e fomentar, assim, o absorvimento de maior número de vagas pelas redes hoteleiras", disse Vianna.

O representante do **Ministério** dos Transportes comentou também que há quase um ano está sendo discutido um novo marco regulatório para o sistema de cabotagem no País. O Estado do **Amazonas**, apontado como uma das pontas da cabotagem no Brasil, ainda é pouco carregado, na visão do **Ministério**, e a ideia seria justamente aumentar o fluxo de entrada ou saída de **mercado**rias no Estado por esse tipo de transporte.

"Nessa ótica, está sendo discutida uma linha de fomento à cabotagem onde existirá uma série de incentivos, como financiamento de embarcações e redução de tarifas", explicou Vianna.

Elogios e ressalvas

O anúncio do andamento do projeto do Porto do Polo Industrial de **Manaus** foi de forma geral bem recebido pelos participantes da reunião, que apontaram a importância do empreendimento. No entanto, eles ressaltaram também a necessidade de que outras alternativas logísticas devem ser buscadas.

Para o secretário executivo adjunto de Planejamento do **Amazonas**, Ronney Peixoto, o novo porto irá melhorar o fluxo e desafogar a demanda que hoje se encontra bastante reprimida, mas não será a única solução visando ao planejamento a longo prazo do Estado.

"Temos a intenção de instalar um terminal privativo nessa área, pois isso vai ser muito **importa**nte principalmente dentro da estratégia de alavancada do Polo Naval do **Amazonas**, um dos projetos estratégicos do Governo do Estado", afirmou.

Do representante do **Ministério** dos Transportes, Edison Vianna, ele soube que há uma possibilidade, dentro do novo marco legal para portos fluviais e lacustres, de trabalhar o terminal privativo almejado seguindo o modelo das Estações de Transbordo de Cargas (ECTs).

Para o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Naval do **Amazonas** (Sindnaval/AM), Matheus Araújo, o novo porto na área do **PIM**, por se tratar de uma opção adicional a ser utilizada, será **importa**nte, mas nasce já pequeno, com capacidade de atendimento reduzida diante da demanda.

"Nós precisamos de mais portos, pois nossa vocação é por água e já está comprovado cientificamente que através das hidrovias o custo é mais barato", afirmou Araújo. Ele também solicitou ao representante do **Ministério** dos Transportes que leve para discussão em Brasília a proposta de que as demandas da Região Norte sejam apreciadas separadamente dentro do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM), uma vez que atualmente, por terem menor expressão diante de propostas de outras regiões do País, acabam algumas vezes nem entrando nas pautas de discussões do conselho e, por isso, deixam de receber recursos.

"A ideia é desanexar os interesses da Região Norte do resto do **Brasil** e criar uma linha do Fundo da Marinha Mercante específica para nossa região", explicou.

Para o **Superintendente** adjunto de Planejamento e **Desenvolvimento Regional** da **Suframa**, José Nagib, a **Suframa** não está alheia e tem bastante interesse em difundir e debater o tema da logística. Outras discussões, segundo ele, deverão ser promovidas, em parceria com os órgãos federais, estaduais e municipais e também com a iniciativa privada.

"Entendo que a discussão sobre logística nunca será unânime, mas ela é provocante e tem extrema relevância especialmente para a **Amazônia**", afirmou Nagib.

VEÍCULO
O GLOBO

EDITORIA

TÍTULO
Governo só espera eleição para privatizar aeroportos

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

Ministro afirma que cresce a 'angústia' com a proximidade da Copa de 2014

O incidente que parou o terminal de viracopos, em Campinas, no fim de semana, também deixou claro que o setor precisa de soluções urgentes, disse Fernando Pimentel, do **Ministério** do **Desenvolvimento**.

O **Governo Federal** anunciará as regras para as novas concessões de aeroportos e portos assim que passar o segundo turno das eleições, informou o ministro do **Desenvolvimento**, Fernando Pimentel. Ele disse que a solução dos problemas logísticos do país é uma "angústia" do governo – que aumenta com a proximidade da Copa e após transtornos como o do fim de semana, quando o terminal de Viracopos, de Campinas, ficou quase 48 horas parado devido a incidente com um cargueiro. "Vamos acelerar as concessões", prometeu o ministro. Logo depois das eleições. Dilma deverá anunciar o destino de portos e aeroportos.

Quando o 2° turno chegar

Ministro diz que regras para novas concessões de portos e aeroportos saem logo após eleições

Ronaldo D"Ercole

SÃO PAULO e brasília O ministro do **Desenvolvimento**, Fernando Pimentel, disse ontem que, logo após o segundo turno das eleições municipais, no dia 28, o governo anunciará as regras para as novas concessões de aeroportos e portos. Pimentel afirmou que a resolução dos problemas logísticos do país é uma "angústia" do governo. Segundo analistas do setor, se o governo fizesse o anúncio antes, o tema poderia ser explorado politicamente.

- Nós vamos acelerar os programas de concessões. Logo depois das eleições, passado o segundo turno, a presidenta (Dilma Rousseff) deve anunciar o final daqueles aeroportos que está para ser anunciado e portos também. Isso já dá um alívio - afirmou Pimentel, que participou de evento promovido pela revista "Exame", da Editora Abril. A declaração veio como resposta a uma indagação de um executivo de uma grande empresa sobre a proximidade da Copa do Mundo de 2014 e sobre os problemas que persistem no setor, como o incidente que deixou o aeroporto de Viracopos, em Campinas, fechado por quase dois dias no último fim de semana.

Fernando Pimentel afirmou que o governo também prepara uma "grande mudança" na Infraero, para dar "mais funcionalidade" à estatal que dirige a maioria dos aeroportos do país. Ele não quis dar mais detalhes, mas fontes do Palácio do Planalto dizem que é a criação da subsidiária Infrapar, conforme já prevê o novo estatuto da estatal.

Soluções em caráter emergencial

A Infrapar deve ser criada independentemente do modelo de concessão a ser escolhido pela presidente Dilma para os aeroportos. Um dos objetivos é que esta nova empresa seja responsável pelas participações da Infraero nos aeroportos já concedidos: Viracopos, Brasília e Guarulhos. Mas a nova empresa também deve ter participação **importa**nte nas futuras concessões.

- Desde que se pensou as concessões (de aeroportos), o governo decidiu fazer uma adaptação na Infraero para ela ficar mais funcional nas novas tarefas dela - disse Pimentel.

Essa mudanças, contudo, não passarão pelas participações - de 49% do capital das concessionárias - que a Infraero tem nos consórcios que venceram os leilões de Guarulhos, Viracopos e Brasília.

Pimentel disse estar confiante de que o país conseguirá resolver os problemas logísticos a tempo da Copa, mas admitiu que algumas das soluções tendem a ser improvisadas.

- Algumas coisas vão ter que ser feitas em caráter emergencial, mas a maioria das coisas já está encaminhada. É uma angústia que nós temos. O tempo agora é nosso inimigo, por assim dizer. Cada dia que passa sem que alguma coisa seja feita é um dia a menos. É a batalha que estamos travando.

Até o fim do ano o governo também enviará ao Congresso um projeto de lei para regulamentar a compra de terras por estrangeiros no país.

Medidas para enfrentar a crise vão criar novo modelo no país

A opinião é do ministro Fernando Pimentel, que defendeu novamente que país não pratica protecionismo

São Paulo – As medidas anunciadas recentemente pelo governo, embora sirvam para enfrentar os efeitos da crise econômica num primeiro momento, visam principalmente aumentar a competitividade da economia do país no longo prazo e criar um novo modelo para a indústria brasileira, afirmou hoje Fernando Pimentel, ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior.

Durante evento do ciclo de palestras e almoços Encontros EXAME, realizado hoje em São Paulo, o ministro disse que tanto as medidas de desoneração de custos de **produção** quanto desoneração para investimentos têm um forte impacto sobre o custo Brasil.

Além dessas medidas, Pimentel citou também a já aprovada margem de preferência nas compras do governo por produtos da indústria brasileira em alguns setores. "Essa é uma alavanca muito **importa**nte, já utilizada em outros países, porque ela efetivamente garante para os produtores locais condições de competitividade num momento em que o **mercado** internacional tem muita oferta de **mercado**rias e produtos que poderiam entrar no **Brasil** causando dano para nossa base produtiva instalada", disse Pimentel.

Além dessas, o **Brasil** tomou outras medidas recentes de defesa comercial que geraram críticas de outros países e denúncias de protecionismo na OMC (Organização Mundial do **Comércio**). O assunto foi tema inclusive do discurso da presidente Dilma Rousseff na 67ª Assembleia-Geral da ONU.

Em sua palestra, Pimentel disse que essas críticas "não são justas" e que o **Brasil** "não faz nada fora das regras da OMC". O ministro disse que o país está fazendo o que Dilma já chamou de "legítima defesa comercial". "Isso é defender o nosso **mercado** de práticas desleais que são, às vezes, corriqueiras no **comércio** internacional", disse.

Infraestrutura

Em sua palestra para empresários, Pimentel também falou sobre as próximas etapas na série de medidas que o governo vem adotando pela infraestrutura. Agora, o país estuda novas concessões para portos e aeroportos que, segundo Pimentel, devem ser anunciadas pela presidente Dilma após o segundo turno das eleições municipais, marcado para o dia 28 de outubro.

O ministro também adiantou que a Infraero, empresa que cuida da infraestrutura aeroportuária no Brasil, deve passar em breve por uma **importa**nte mudança. Pimentel fez o comentário sem dar outros detalhes, "para não criar expectativas".

A Câmara analisa o Projeto de Lei 4159/12, do deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), que concede tratamento tributário diferenciado a remessas postais e a encomendas de mercadorias estrangeiras que tenham sido importadas para a Zona Franca de Manaus e que se destinem a outros pontos do território nacional.

A proposta altera o Decreto-Lei 1.455/76 e estabelece que, até o limite de 3 mil **dólar**es (pouco mais de R$ 6 mil), essas operações ficam sujeitas a uma alíquota única de 19,15% sobre o preço de compra.

Segundo o autor, a medida pretende criar uma nova exceção e assegurar a esse tipo de operação o mesmo tratamento dado às **importa**ções feitas para outras localidades do País. Atualmente, de acordo com o decreto, quando saem da **Zona Franca** de **Manaus** para outros pontos do País, as **mercado**rias estrangeiras ficam sujeitas ao pagamento de todos os impostos exigíveis sobre **importa**ções do exterior.

O decreto, no entanto, prevê exceções, por exemplo, para bens de informática, automóveis, tratores e outros veículos terrestres industrializados na **Zona Franca**.

Tramitação

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, será analisada pelas comissões de **Amazônia**, Integração Nacional e de **Desenvolvimento Regional**; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

VEÍCULO
CORREA NETO

EDITORIA

TÍTULO

SUFRAMA vai custear estudo sobre Polo Naval

ORIGEM
PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA

ENFOQUE
POSITIVO

VEICULAÇÃO
NACIONAL

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) irá investir R$ 800 mil para financiar um estudo técnico e científico sobre as potencialidades do Polo Naval do Amazonas. O estudo irá nortear as decisões do poder público na implantação e estruturação do complexo da construção náutica e naval do Estado.

De acordo com o edital para chamamento público, o prazo para receber as propostas das instituições interessadas em participar do processo de seleção vai até o dia 25. O estudo deve conter os seguintes dados: análise do **mercado** para determinar a demanda pela implantação do polo, o atendimento da demanda e a potencial concorrência; viabilidade financeira para se calcular a rentabilidade e o tempo de retorno dos investimentos previstos; viabilidade socioeconômica e socioambiental, viabilidade técnica e prospecção tecnológica bem como um projeto básico.

A consolidação e estruturação do Polo Naval do **Amazonas** é um projeto da **SUFRAMA**, do Governo do Estado, em parceria com sindicatos de empresas e trabalhadores além de instituições de fomento, pesquisa e **desenvolvimento**. O projeto está saindo do papel. De acordo com o Governo do Estado, a implantação do Polo Naval – na região do Puraquequara, Zona Leste de **Manaus** – deve gerar, em um primeiro momento, em torno de 10 mil empregos diretos e movimentar negócios de aproximadamente R$ 3 bilhões com a construção de barcos esportivos e de luxo, lazer, turismo, além de flutuantes, balsas e pequenas embarcações. A previsão de conclusão da primeira etapa é de até três anos.

A área também deve servir para planta industrial de novo porto para **Manaus**, planta industrial de um mineroduto para escoamento da **produção** de caulim, um porto de carga e descarga, um aeroporto militar e de cargas, um grande estaleiro âncora de construção naval e offshore, um estaleiro da indústria militar, além de toda a infraestrutura social de apoio ao empreendimento como: sistema de transporte e acesso viário e energia fornecida pelo Linhão de Tucuruí. A Cidade Operária, por meio do Projeto Minha Casa, Minha Vida, vai dispor de serviços de saúde, segurança, **comércio** local e lazer.

O processo para a cessão da área por parte da União já foi iniciado, assim como os trâmites para licenciamento e regularização. No último dia 10, foi publicado no Diário Oficial do Estado o Decreto 32.875, pelo qual a área onde o Polo será instalado foi declarada área pública para fins de desapropriação dos terrenos de particulares bem como os estudos para a avaliação da indenização dos seus respectivos proprietários.

Exponaval/Sobena

As articulações para a atração de potenciais investidores para o Polo Naval do **Amazonas** são o eixo da participação da **SUFRAMA** no Exponaval/Sobena 2012, evento sediado no Rio de Janeiro, que se iniciou na segunda-feira, dia 15, e se estende até sexta-feira, dia 19. A autarquia, em parceria com Secretaria de Estado de Planejamento e **Desenvolvimento** Econômico (Seplan-AM) e o Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa do **Amazonas** (Sebrae-AM) e estaleiros do Estado, expõe a um público especializado as vantagens fiscais concedidas às empresas que se instalam na **Zona Franca** de **Manaus**.